



JUCESP PROTOCOLO
0.468.688/12-2

JUCESP



17 05 12

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DE EMISSÃO DA BTG PACTUAL HOLDING S.A.

ENTRE

BTG PACTUAL HOLDING S.A.

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

**DATADA DE
10 DE MAIO DE 2012**



Handwritten signature and initials.

JUCESP

17 05 12

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DE EMISSÃO DA BTG PACTUAL HOLDING S.A.

Pelo presente “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da BTG Pactual Holding S.A.” (“Escritura de Emissão”):

como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão (“Debêntures”):

- I. **BTG PACTUAL HOLDING S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 10º andar, parte, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 10.923.227/0001-62, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (“Emissora”); e

como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures (“Debenturistas” e, individualmente, “Debenturista”):

- II. **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”).

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar a presente Escritura de Emissão, que será regida pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - AUTORIZAÇÃO

1.1 A emissão das Debêntures (“Emissão”), a oferta pública de distribuição das Debêntures, com esforços restritos de colocação das Debêntures, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Oferta” e “Instrução CVM 476”, respectivamente), a constituição da Alienação Fiduciária (conforme abaixo definida) e a celebração da presente Escritura de Emissão são realizadas com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 09 de maio de 2012 (“AGE”), nos termos do artigo 59, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão e a Oferta serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Arquivamento e Publicação da ata da AGE

2.1.1.1. A ata da AGE será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e (ii) foi publicada no jornal “Jornal O DIA SP” em 10 de maio de 2012, conforme disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.



2

JUCESP

17 05 19

2.1.2. Inscrição desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos

2.1.2.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações. Observado o disposto neste item 2.1.2.1, esta Escritura de Emissão deverá ser inscrita na JUCESP até o dia útil anterior à data de subscrição das Debêntures.

2.1.3. Registro para Distribuição e Negociação

2.1.3.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente na CETIP.

2.1.3.2. As Debêntures não serão admitidas à negociação secundária em mercados regulamentados de valores mobiliários, assim entendidos, neste caso, como sendo os mercados de balcão organizados e não-organizados.

2.1.4 Registro para Custódia Eletrônica e Liquidação Financeira de Eventos

2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para custódia eletrônica e liquidação financeira de eventos na CETIP, por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP.

2.1.5. Constituição da Alienação Fiduciária

2.1.5.1. Observado o disposto na Cláusula 5.25. abaixo, a Alienação Fiduciária (conforme definida no item 5.25. abaixo) será formalizada por meio do Contrato de Alienação Fiduciária (conforme abaixo definido), e será constituída mediante o registro do Contrato de Alienação Fiduciária nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, em até 10 (dez) Dias Úteis a contar da data de sua assinatura. Uma via original do Contrato de Alienação Fiduciária, devidamente registrado nos referidos cartórios deverá ser entregue, pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data do seu efetivo registro, respectivamente.

2.1.6. Dispensa de Registro na CVM

2.1.6.1. A Oferta está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Capitais”), nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de colocação.

2.1.7. Dispensa de Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.1.7.1. A Oferta está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.



JUL 19

17 05 12

CLÁUSULA TERCEIRA – OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1. A Emissora tem por objeto social a participação, como sócia ou acionista, em (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e (ii) sociedades cujo objeto seja participação em instituições e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

CLÁUSULA QUARTA – DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados integralmente ao pagamento de Cédula de Crédito Bancário emitida pela Emissora em 30 de abril de 2012, em favor do Banco Bradesco S.A..

CLÁUSULA QUINTA – CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

5.1. Número da Emissão

5.1.1. A presente Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

5.2. Número de Séries

5.2.1 A Emissão será realizada em série única.

5.3. Valor Total da Emissão

5.3.1. O valor total da emissão será de R\$280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de Reais) (“Valor Total da Emissão”).

5.4. Quantidade de Debêntures

5.4.1. Serão emitidas 280 (duzentas e oitenta) Debêntures, em série única.

5.5. Banco Mandatário e Agente Escriurador

5.5.1. O banco mandatário e agente escriturador das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado ‘Cidade de Deus’, s/n.º, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 (“Banco Mandatário” e “Agente Escriurador”).

5.6. Valor Nominal Unitário

5.6.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de Reais) (“Valor Nominal Unitário”).

5.7. Data de Emissão

5.7.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é 30 de maio de 2012 (“Data de Emissão”).



JUL 30
17 05 13

5.8. Prazo e Data de Vencimento

5.8.1. As Debêntures terão prazo de vencimento de 18 (dezoito) meses, vencendo-se, portanto, em 30 de novembro de 2013 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado das Debêntures previstas na Cláusula Sétima e nos itens 5.15.2.5, 5.18 e 7.1.6 abaixo, respectivamente. Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido), nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

5.9. Forma e Comprovação de Titularidade

5.9.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas e certificados das Debêntures, sendo que para todos os fins de direito a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriurador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente no SND.

5.10. Conversibilidade

5.10.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

5.11. Espécie

5.11.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações.

5.12. Prazo de Subscrição

5.12.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, em uma única data, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido), em até 15 (quinze) dias, contados da data de início de sua distribuição, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

5.13. Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Integralização

5.13.1. As Debêntures serão integralizadas, à vista e em moeda corrente nacional, por meio do SDT, por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), no ato da subscrição e integralização ("Data de Integralização"), pelo Valor Nominal Unitário ("Preço de Integralização"), observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476.

5.13.2. O montante a ser recebido pela Emissora em decorrência dos valores pagos pelos Debenturistas a título de integralização das Debêntures será depositado, pelo Coordenador Líder, em conta bancária mantida pela Emissora junto ao Banco Mandatário e Agente Escriurador.

5.14. Amortização do Principal

5.14.1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência da Aquisição Facultativa (conforme abaixo definida), do resgate antecipado e do vencimento antecipado das Debêntures previstos nos itens 5.15.2.5, 5.18 e 7.1.6 e na Cláusula Sétima abaixo, respectivamente, o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures será amortizado em única parcela na Data de Vencimento.



JUCESP
17 05 12

5.15. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário e Remuneração

5.15.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário.

5.15.2. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *Over Extra-Grupo*, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture desde a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures ("Primeira Data de Subscrição e Integralização") ou da data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando o cronograma de pagamento dos Juros Remuneratórios previstos no item 5.16 abaixo ("Juros Remuneratórios"). Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório da Taxa DI-Over, desde a Primeira Data de Subscrição e Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n+1} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n = número total de Taxa DI-Over consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

k = número de ordem da Taxa DI-Over, variando de "1" até "n";



JUL 2019

17 18 19

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem "k", divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = 1,5000, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de dias úteis entre a Primeira Data de Subscrição e Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data de cálculo, exclusive, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

- (a) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.
- (b) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (c) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (d) Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (e) O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.



BTGP

17 05 19

5.15.2.1. Define-se “Período de Capitalização” como o intervalo de tempo que se inicia na Primeira Data de Subscrição e Integralização (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento, amortização extraordinária, resgate antecipado e vencimento antecipado, conforme o caso.

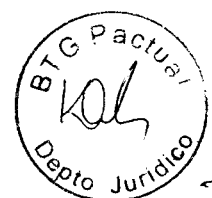
5.15.2.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

5.15.2.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis da data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. A referida Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser convocada em até 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro Dia Útil subsequente ao término do prazo de 10 (dez) Dias úteis, ou (ii) do primeiro Dia Útil contado da data de extinção da Taxa DI ou ainda de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso. A Assembleia Geral de Debenturistas de que trata este item 5.15.2.3. deverá ser realizada em até 15 (quinze) dias corridos da data de sua convocação. Até a deliberação sobre o novo parâmetro a ser utilizado para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando (i) da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures e/ou (ii) da divulgação posterior da Taxa DI, o que ocorrer primeiro.

5.15.2.4. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 5.15.2.3 acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, quando do cálculo dos Juros Remuneratórios e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

5.15.2.5. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 5.15.2.3. acima, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), a Emissora poderá optar, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias a contar a partir da data de realização da referida Assembleia Geral de Debenturistas:

- (i) resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização referida Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de



JUL 29

17 05 10

Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, no Período de Capitalização em questão até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão. Neste caso, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada fórmula descrita no item 5.15.2. acima, observando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou

- (ii) apresentar um cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, o qual não excederá a Data de Vencimento e o prazo de amortização previsto no item 5.14. acima. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida no item 5.16. abaixo, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida de comum acordo entre a Emissora e os Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, conforme estabelecido na Cláusula Décima desta Escritura de Emissão, a qual deverá observar um dos três índices utilizados em operações similares existentes à época. Caso, na referida Assembleia Geral de Debenturistas, não haja acordo sobre este novo parâmetro para a remuneração das Debêntures, prevalecerá o índice que tiver o maior número de votos dos Debenturistas presentes. A taxa de remuneração substituta definida na referida Assembleia Geral de Debenturistas deverá preservar o valor real e os mesmos níveis dos Juros Remuneratórios em vigor. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI.

5.15.2.5.1. Caso a Emissora opte pelo resgate descrito no inciso (i) acima, tal resgate, assim como o pagamento das Debêntures a serem resgatadas, serão realizados observando-se os procedimentos da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do Agente Escriurador, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

5.15.2.5.1.1. A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, da realização do resgate de que trata o item 5.15.2.5., (i), acima, com no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

5.16. Pagamento dos Juros Remuneratórios

5.16.1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do resgate antecipado e vencimento antecipado das Debêntures previstos nos itens 5.15.2.5, 5.18 e 7.1.6 e na Cláusula Sétima abaixo, respectivamente, os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 30 de novembro de 2012 e o último, na Data de Vencimento, conforme tabela a seguir:

Datas de pagamento da Remuneração
30 de novembro de 2012
30 de maio de 2013
30 de novembro de 2013

5.17. Repactuação Programada



JUL 29

17 05 12

5.17.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

5.18. Resgate Antecipado Facultativo

5.18.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, promover o resgate antecipado de parte ou totalidade das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo”). O Resgate Antecipado Facultativo estará sujeito ao atendimento das seguintes condições:

- I. a Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário e o Banco Mandatário e Agente Escriturador acerca da realização do Resgate Antecipado Facultativo, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência. Tal comunicado deverá conter os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, que incluem, mas não se limitam a (i) a data do Resgate Antecipado Facultativo; (ii) se o Resgate Antecipado Facultativo será total ou parcial e, se for parcial, mediante sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, observado o disposto no inciso III abaixo; (iii) o Valor do Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido); e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo (“Comunicação de Resgate”);
- II. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures será equivalente a (i) o Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo; (ii) os Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se for o caso; e (iii) prêmio incidente sobre o somatório dos valores indicados nos subitens (i) e (ii) acima, correspondente a (a) 0,20% (vinte centésimos por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra nos primeiros 12 (doze) meses de vigência das Debêntures contados a partir da Data de Emissão; ou (b) 0,10% (dez centésimos por cento) caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra a partir do 13º (décimo terceiro) mês (inclusive) contado a partir da Data de Emissão, em ambos os casos limitado à Data de Vencimento (“Prêmio”) (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo”);
- III. caso a Emissora opte pelo Resgate Antecipado Facultativo parcial das Debêntures, então o resgate será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário e cujo procedimento será definido em Assembleia Geral de Debenturistas a ser convocada pelo Agente Fiduciário deliberar sobre os critérios aplicáveis, observado, para tanto, o disposto no item 5.18.2. abaixo; e
- IV. o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente será realizado por meio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, ou por meio do Agente Escriturador, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

5.18.2. Caso (i) por qualquer razão não haja a realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o inciso III do item 5.18.1. acima, ou (ii) ainda que havendo a referida Assembleia Geral de Debenturistas, não haja acordo sobre os critérios para realização do sorteio, o sorteio relativo ao referido resgate parcial será realizado pelo Agente Fiduciário usando-se para tanto as práticas atuais de mercado.

5.18.3. No caso do Resgate Antecipado Facultativo parcial mencionado no inciso III acima, tal resgate deverá ser realizado, fora do âmbito da CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio,



JUCESP

12 05 12

apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar tal Resgate Antecipado Facultativo parcial, não haverá a necessidade de ajuste a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

5.18.4. A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com o “de acordo” do Agente Fiduciário, da realização do Resgate Antecipado Facultativo, com no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

5.19. Encargos Moratórios

5.19.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, “Encargos Moratórios”).

5.20. Local de Pagamento

5.20.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no SND: (a) na sede do Banco Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

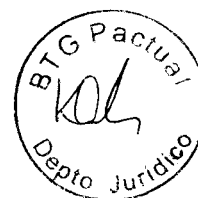
5.21. Imunidade Tributária

5.21.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

5.21.2. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 5.21.1. acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Mandatário e Agente Escriturador, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Mandatário e Agente Escriturador ou pela Emissora.

5.21.3. Mesmo que tenha recebido a documentação referida no item 5.21.1. acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora ou o Banco Mandatário e Agente Escriturador por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

5.22. Prorrogação dos Prazos



DOESP

17 05 12

5.22.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão até o dia subsequente em que os bancos estejam abertos para expediente na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Dia Útil"), se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme mencionado acima, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado e/ou domingo.

5.23. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

5.23.1. Sem prejuízo do disposto no item 5.22. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

5.24. Publicidade

5.24.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, o interesse dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no DOESP e no Jornal "Jornal O DIA SP", utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações. A Emissora poderá alterar qualquer dos jornais acima por jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de "Aviso aos Debenturistas", no jornal a ser substituído. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário.

5.25. Garantia Adicional

5.25.1 Alienação Fiduciária de Ações

5.25.1.1. Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações pecuniárias decorrentes desta Escritura de Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário celebrarão o "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato de Alienação Fiduciária"), através do qual a Emissora alienará fiduciariamente, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, ações ordinárias e preferenciais classe B, na proporção de uma ação ordinária para cada duas ações preferenciais classe B, de emissão do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") em montante equivalente à 150% (cento e cinquenta por cento) do Valor Total da Emissão, assim como todos os direitos políticos e econômicos a estas inerentes, os quais serão exclusivos da Emissora, salvo na hipótese de inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou de decretação de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Cláusula Sétima abaixo ("Alienação Fiduciária"). Os demais termos e condições da Alienação Fiduciária encontram-se expressamente previstos no Contrato de Alienação Fiduciária.

5.26. Aquisição Facultativa

5.26.1. Sem prejuízo do disposto no item 2.1.3.2. acima, a Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao Valor Nominal Unitário, ou por preço



JUCESP

17 05 12

superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras expedidas pela CVM nesse sentido conforme o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das Sociedade por Ações, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso (“Aquisição Facultativa”). As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item 5.26.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

5.26.2. A Aquisição Facultativa e a recolocação das Debêntures no mercado, se for o caso, nos termos do item 5.26.1. acima, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND.

5.27. Aditamento à presente Escritura de Emissão

5.27.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e posteriormente arquivados na JUCESP.

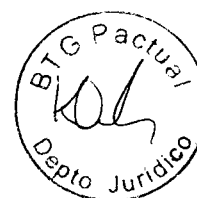
CLÁUSULA SEXTA – CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

6.1. Colocação e Procedimento de Distribuição

6.1.1. Nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, da BTG Pactual Holding S.A.” (“Contrato de Distribuição”) a ser celebrado entre a Emissora e o Banco Bradesco BBI S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Bradesco BBI” ou “Coordenador Líder”), a Oferta, observado o Plano de Distribuição (conforme abaixo definido), será realizada sob a coordenação do Coordenador Líder, em regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão.

6.1.2. O Coordenador Líder organizará a distribuição e colocação das Debêntures, observado o disposto no Contrato de Distribuição e os procedimentos previstos na Instrução CVM 476 (“Plano de Distribuição”). O Plano de Distribuição será estabelecido mediante os seguintes termos:

- I. nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM 409”), serão considerados investidores qualificados para os fins da Oferta: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil Reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados, sem prejuízo do disposto no inciso III, subitem (ii) abaixo; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios (“Investidores Qualificados”). (a) Os fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único



JUE 30

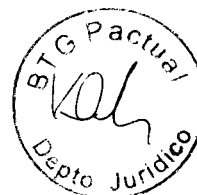
17 05 12

investidor para os fins dos limites previstos no inciso II abaixo, conforme disposto no artigo 3º, parágrafo único, da Instrução CVM 476; (b) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados, conforme disposto no artigo 4º, inciso I, da Instrução CVM 476; e (c) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no subitem (iv) acima, deverão subscrever, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de Reais), conforme disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476;

- II. o Coordenador Líder poderá, no contexto dos esforços restritos de colocação das Debêntures, acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados;
- III. não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a subscrição das Debêntures;
- IV. não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures; serão atendidos os clientes Investidores Qualificados do Coordenador Líder que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação do Coordenador Líder com esses clientes, bem como outros investidores, fundos de investimento, e pessoas físicas e jurídicas, mesmo que não sejam clientes do Coordenador Líder, desde que tais investidores sejam Investidores Qualificados, e assinem a Declaração de Investidor Qualificado (conforme abaixo definido), nos termos do inciso VI abaixo;
- V. no ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados deverão assinar “Declaração de Investidor Qualificado” atestando, dentre outros, estarem cientes de que (i) a Oferta não foi registrada na CVM, e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável;
- VI. o Coordenador Líder e a Emissora comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476; e
- VII. não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em subscrever as Debêntures no âmbito da Oferta.

CLÁUSULA SÉTIMA - VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.1.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, no Período de Capitalização em questão até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial na ciência da ocorrência das seguintes hipóteses (cada uma, um “Evento de Inadimplemento”):



JUL 13

17 05 10

- i. liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou do BTG Pactual e/ou intervenção do Banco Central do Brasil no BTG Pactual; (b) decretação de falência da Emissora e/ou do BTG Pactual; (c) pedido de autofalência formulado pela Emissora; (d) pedido de falência da Emissora e/ou do BTG Pactual, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou do BTG Pactual, independentemente do deferimento do respectivo pedido ou (f) insolvência da Emissora e/ou do BTG Pactual;
- ii. descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária descrita nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária, conforme aplicável, na data em que tal obrigação se tornou devida;
- iii. transformação da Emissora de sociedade por ações em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- iv. vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Emissora e/ou do BTG Pactual, não sanado no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis;
- v. transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária, salvo se tal transferência, cessão ou promessa de cessão for previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- vi. inadimplemento, pela Emissora e/ou suas controladas e/ou suas controladoras, de qualquer obrigação pecuniária, inclusive aquelas contraídas junto ao Banco Bradesco S.A., em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de Reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado (i) no prazo previsto no respectivo contrato, se houver ou (ii) caso não haja um prazo de cura específico no respectivo contrato, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis;
- vii. redução de capital social da Emissora que implique na concessão de direito de retirada dos acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- viii. se houver a cisão, fusão, incorporação, reorganização societária, venda de participação ou qualquer outra operação societária que acarrete em perda do atual controle societário direto ou indireto da Emissora e/ou de suas controladas (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), conforme o caso, e/ou que impossibilite os controladores isoladamente ou em consequência de acordo de acionistas ou quotistas, o direito de (a) exercer, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral; (b) eleger a maioria dos administradores da Emissora; e (c) efetivamente utilizar seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Emissora;
- ix. se qualquer uma das disposições relevantes desta Escritura de Emissão, e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária forem declaradas inválidas, nulas ou inexequíveis, por decisão judicial e/ou arbitral a qual não tenha sido concedido efeito suspensivo;
- x. alteração ou modificação do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora de forma a excluir as atividades principais atuais, conforme descritas no item 3.1 acima, e/ou de forma a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas;



4
2

JUCESP

17 05 12

- xi. protesto de títulos contra a Emissora e/ou de suas controladas em valor unitário ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de Reais), salvo se: (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora; ou (b) for sustado ou cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados da data de intimação do protesto, o qual será considerado como prazo de cura;
- xii. inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária, não sanada em 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica aos demais Eventos de Vencimento Antecipado e/ou às obrigações não pecuniárias para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- xiii. inadimplemento, pela Emissora, de qualquer decisão judicial e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso e à qual não tenha sido concedido efeito suspensivo, contra a Emissora e que resulte em obrigação de pagamento pela Emissora de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de Reais) ou o equivalente em outras moedas;
- xiv. comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária e/ou nos demais documentos relacionados à Emissão e à Oferta, de que seja parte, conforme aplicável, provaram-se falsas, incorretas, incompletas ou enganosas em qualquer aspecto relevante na data em que foram prestadas;
- xv. não constituição da Alienação Fiduciária, mediante registro do Contrato de Alienação Fiduciária nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, nos termos e prazos previstos no item 2.1.5. acima, salvo se em decorrência de força maior ou caso fortuito; e
- xvi. não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula Quarta acima.

7.1.1. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas de (i) a (viii) do item 7.1. acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

7.1.2. Na ocorrência dos Eventos de Vencimentos Antecipado previstos nas demais alíneas do item 7.1. acima (que não aquelas descritas no item 7.1.1. acima), o Agente Fiduciário deverá, convocar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do momento em que tomar ciência do evento, Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar nos prazos e demais condições descritas na Cláusula Dez abaixo, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

7.1.3. Se, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 7.1.2. acima, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, decidirem por considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures.

7.1.4. Se, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 7.1.2. acima, forem declaradas antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, sendo certo que tal decisão terá



Handwritten signature and the number 2.

JUL 09

17 05 10

caráter irrevogável e irrevogável, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado de todas obrigações decorrentes das Debêntures e enviar, imediatamente, carta protocolada ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio à Emissora, com cópia para a CETIP e ao Banco Mandatário.

7.1.5. Em caso do vencimento antecipado, pelo Agente Fiduciário, das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora, obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, no Período de Capitalização em questão até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada, ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou por telegrama, no endereço constante da Cláusula Doze desta Escritura de Emissão ou por meio de fax, com confirmação de recebimento enviado ao número constante da Cláusula Doze desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

7.1.6. O resgate das Debêntures de que trata o item 7.1.5. acima, assim como o pagamento de tais Debêntures serão realizados observando-se os procedimentos da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do Agente Escriurador, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, observado o prazo disposto no item 7.1.5. acima.

7.1.6.1. A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, da realização do referido resgate, com no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) Fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (i) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis após o que ocorrer primeiro entre 90 (noventa) dias corridos, contados da data de término de cada exercício social e a data da efetiva divulgação, cópia, em meio eletrônico, (a) das demonstrações financeiras da Emissora auditadas por auditor independente, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor; e (b) da declaração dos representantes legais da Emissora de que esta em dia com o cumprimento das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão;
 - (ii) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis após o que ocorrer primeiro entre 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social (exceto pelo último trimestre de seu exercício social) e a data da efetiva divulgação, cópia, em meio eletrônico, (a) de suas demonstrações financeiras completas com revisão limitada relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil,



000000

12 05 12

acompanhadas do relatório da administração e do parecer ou relatório de revisão especial dos auditores independentes; e (b) da declaração dos representantes legais da Emissora de que esta em dia com o cumprimento das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão;

- (iii) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária;
 - (iv) em até 5 (cinco) Dias Úteis, as informações veiculadas na forma prevista no item 5.24. acima;
 - (v) imediatamente, quando tiver conhecimento de informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data do descumprimento;
 - (vi) em até 10 (dez) Dias Úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa resultar em um Evento de Inadimplemento; e
 - (vii) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário.
- (b) convocar, nos termos da Cláusula Dez desta Escritura de Emissão, assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com às Debêntures, caso o Agente Fiduciário não o faça;
 - (c) notificar, no primeiro dia útil subsequente à data de sua ocorrência, o Agente Fiduciário da convocação, pela Emissora, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas;
 - (d) informar ao Agente Fiduciário a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, no primeiro dia útil subsequente à data de sua ocorrência;
 - (e) notificar, no primeiro dia útil subsequente à data de sua ocorrência, o Agente Fiduciário sobre qualquer evento que tenha, com relação à Emissora e/ou de suas controladas, (a) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos seus negócios, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas; (b) qualquer efeito adverso relevante nos seus poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação e/ou dos documentos que instruem a Emissão e a Oferta; e/ou (c) qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo ou envio de notificação, ou ambos, possa resultar em um Evento de Inadimplemento (“Efeito Adverso Relevante”); ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
 - (f) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
 - (g) comparecer a assembleias gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos



JUCESP

17 05 12

previstos nesta Escritura de Emissão;

- (h) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social, com esta Escritura de Emissão e com o Contrato de Alienação Fiduciária, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária;
- (i) salvo nos casos em que, de boa-fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (j) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme descrita na Cláusula Quarta acima;
- (k) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário e Agente Escriturador, o Agente Fiduciário, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures e da Alienação Fiduciária;
- (l) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (m) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário previamente aprovadas pela Emissora, sempre que possível, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (n) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (o) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações;
- (p) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (q) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (r) arcar com todos os custos decorrentes: (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à realização da Emissão e da Oferta e os atos societários da Emissora; (c) de registro desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária, seus eventuais aditamentos; e (d) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário e Banco Mandatário e Agente Escriturador e das demais partes envolvidas na realização da Emissão e da Oferta;
- (s) entregar, ao Agente Fiduciário, uma via original da presente Escritura de Emissão, e seus eventuais aditamentos, devidamente inscritos na JUCESP, em até 10 (dez) dias corridos da



JUCEP

17 05 19

referida inscrição;

- (t) entregar, ao Agente Fiduciário, uma via original do Contrato de Alienação Fiduciária, e seus eventuais aditamentos, devidamente registrados no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos do Estado de São Paulo, em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data do seu efetivo registro; e
- (u) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável.

8.2. As despesas a que se refere o item 8.1., alínea (m) acima, compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas a Emissora e não entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos;
- (c) despesas de viagem, transporte, estadia e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, desde que sejam devidamente comprovadas; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.2.1. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora. Tais despesas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos. Em caso de honorários sucumbenciais, caberá aos Debenturistas efetuar o depósito em até 3 (três) Dias Úteis após o arbitramento de tais honorários.

8.2.2. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

8.2.3. A realização de qualquer despesa individual de valor superior a R\$1.000,00 (um mil Reais) deverá ser previamente aprovado pela Emissora.

CLÁUSULA NONA – AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como



JUL 30

17 05 19

agente fiduciário desta Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos das normas e legislações aplicáveis e da presente Escritura de Emissão, representar os interesses da comunhão dos Debenturistas.

9.2. O Agente Fiduciário declara que:

- (a) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica, nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão e o Contrato de Alienação Fiduciária, todas seus termos e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e o Contrato de Alienação Fiduciária e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária, assim como o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) esta Escritura de Emissão e o Contrato de Alienação Fiduciária constituem obrigações lícitas, válidas, eficazes e vinculantes do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;
- (f) não tem, sob as penas da lei, qualquer impedimento legal para exercer a função que lhe é conferida conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, e artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”);
- (g) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (i) está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (j) verificou, com base nas informações prestadas pela Emissora, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento, sendo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente da veracidade das informações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (k) verificará a regularidade da constituição da Alienação Fiduciária, nos termos e prazos previstos no item 2.1.5. acima, devendo observar a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária;



100139

17 05 12

(l) a pessoa que representa o Agente Fiduciário na assinatura desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária têm poderes bastantes para tanto; e

(m) que, conforme exigência do artigo 12, XVI, alínea “k” da Instrução CVM 28 e com base no organograma societário da Emissora disponibilizado pela Emissora, também exerce a função de agente fiduciário na 1ª (primeira) emissão, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, de 90 (noventa) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, da One Properties S.A. (nova denominação da WTorre Properties S.A.), sociedade integrante do mesmo grupo econômico da Emissora, (“Debêntures da One Properties” e “One Properties”, respectivamente), perfazendo, na data de emissão das Debêntures da One Properties, o montante total de R\$90.000.000,00 (noventa milhões de Reais). A data de vencimento das Debêntures da One Properties será 30 de setembro de 2015. As Debêntures da One Properties contavam, na data de sua emissão, com garantia adicional fidejussória, na modalidade fiança (“Fiança”), prestada na escritura de emissão das Debêntures da One Properties pelos Srs. Walter Torre Júnior e Paulo Remy Gillet Neto (“Garantidores”). Além da Fiança, as Debêntures da One Properties contavam e contam com garantias adicionais reais, quais sejam (i) hipoteca sobre os imóveis de propriedade da One Properties e/ou suas coligadas e controladas WTorre IBP Empreendimentos Imobiliários Ltda., WTorre Techpark Empreendimentos Imobiliários Ltda. e WTorre Cajamar Empreendimentos Imobiliários Ltda., conforme a Escritura Pública de Garantia Hipotecária lavrada em 13 de setembro de 2010 (“Hipoteca”) e (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios representados por aluguéis vinculados a um determinado imóvel de propriedade da One Properties, conforme o Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia de Direitos Creditórios, celebrado em 13 de setembro de 2010 entre a One Properties, o Agente Fiduciário e, na qualidade de interveniente, o Banco do Brasil S.A. (“Cessão Fiduciária”). Em 13 de março de 2012, a One Properties, o Agente Fiduciário e os Garantidores celebraram o primeiro aditamento à escritura de emissão das Debêntures da One Properties, através do qual foi desconstituída a Fiança, e as Hipotecas sobre os imóveis de propriedade das sociedades WTorre IBP Empreendimentos Imobiliários Ltda., WTorre Techpark Empreendimentos Imobiliários Ltda. e WTorre Cajamar Desenvolvimento Imobiliário Ltda.. Até a presente data ocorreram eventos de amortização, conforme previsto na escritura de emissão das Debêntures da One Properties, não tendo sido verificado qualquer evento de conversão (uma vez que as Debêntures da One Properties não são conversíveis em ações), repactuação (uma vez que, nos termos da escritura de emissão das Debêntures da One Properties, as Debêntures da One Properties não estão sujeitas a repactuação) e inadimplemento.

9.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária ou de seus eventuais aditamentos relativos à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

9.3.1. A remuneração prevista no item 9.4. abaixo será devida mesmo após o vencimento das Debêntures,



BTG PACTUAL

13 de maio de 2016

caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.4. Será devido, pela Emissora, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a uma remuneração de R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos Reais), em parcela única, sendo o pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após a assinatura desta Escritura de Emissão.

9.4.1. A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); e (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes na data do efetivo pagamento.

9.4.2. A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral; notificações, extração de certidões, viagens e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

9.4.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos estará sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.4.4. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

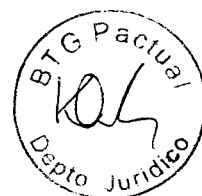
9.4.4. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

9.4.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (ii) relacionados ao cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão ou no Contrato de Alienação Fiduciária, somente serão válidas mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

9.4.6. Nenhuma atribuição ou obrigação tácita será interpretada nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária contra o Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário não será obrigado e/ou vinculado pelas disposições de qualquer outro contrato no qual o Agente Fiduciário não figure como parte e/ou interveniente.

9.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

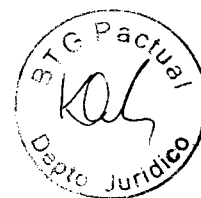
- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;



JUCESP

17 05 12

- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos na JUCESP, e do Contrato de Alienação Fiduciária no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos do Estado de São Paulo, às expensas da Emissora, sanando as lacunas e irregularidades porventura nela existente, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula Dez abaixo;
- (j) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações abaixo, sem prejuízo das demais exigíveis pela Instrução CVM 28. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e o organograma enviar todos os dados financeiros, desde que estes dados sejam públicos, e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, devendo ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na alínea (l) abaixo. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.



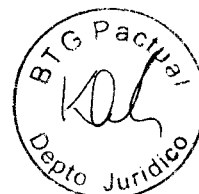
28

2

JUL 30

17 08 19

- i. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - ii. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - iii. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - iv. posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
 - v. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária;
 - vi. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão;
 - vii. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme disposto na Cláusula Quarta acima, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - viii. resgate e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas das Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - ix. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
 - x. relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (k) acima aos Debenturistas dentro dos 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- a. na sede da Emissora;
 - b. na sede do Agente Fiduciário;
 - c. na CVM;
 - d. na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, caso as Debêntures venham a ser negociadas neste ambiente;
 - e. na CETIP, caso as Debêntures venham a ser negociadas no SND; e
 - f. na sede do Coordenador Líder.



JUCEP

17 05 19

- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos termos do item 5.24. acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (l) acima;
- (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Mandatário e Agente Escriturador e à CETIP;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 5.24. acima, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações, sendo certo que comunicação de igual teor deverá ser enviada à Emissora, à CVM e à CETIP;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (r) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (s) divulgar as informações referidas na alínea (k), inciso x acima, em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento;
- (t) disponibilizar, por meio de sua central de atendimento e/ou *website*, o valor unitário das Debêntures calculado pela Emissora;
- (u) verificar a regularidade da constituição da Alienação Fiduciária e dos valores dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária;
- (v) intimar a Emissora a reforçar a Alienação Fiduciária na hipótese de sua deterioração ou depreciação, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária;

9.6. No caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária, não sanado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- (a) declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) observadas as disposições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação



UDESP

17 05 19

Fiduciária, executar a Alienação Fiduciária, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, aos Debenturistas;

- (c) requerer a falência da Emissora;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

9.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto nesta Cláusula Nona, conforme aplicável, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) do item 9.6. acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar, nos termos do disposto nesta Cláusula Nona, conforme aplicável, por deliberação da unanimidade de titulares das Debêntures em Circulação. Na hipótese da alínea (d) do item 9.6. acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

9.6.2. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.6.3. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação, exceto por aqueles já previstos na presente Escritura de Emissão.

9.7. Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- i. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- ii. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão e ao Contrato de Alienação Fiduciária, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para esse fim;
- iii. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- iv. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente



2

JUCEP

17 05 19

fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;

- v. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
- vi. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- vii. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Emissora não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso iv acima; ou (b) a Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso iv acima não delibere sobre a matéria;
- viii. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Emissora e aos Debenturistas, nos termos dos itens 5.24. acima e 12.1. abaixo; e
- ix. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

CLÁUSULA DEZ – ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas”).

10.2. A assembleia geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

10.2.1. A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos do item 5.24. acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.

10.3. Aplicar-se-á à assembleia geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

10.3.1. A presidência da assembleia geral de Debenturistas caberá ao Debenturista ou àquele que for designado pela CVM.



2

JUCESP

17 05 19

10.4. A primeira convocação das assembleias gerais de Debenturistas deverá ser realizada com antecedência mínima de 8 (oito) dias corridos de sua realização.

10.4.1. A assembleia geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

10.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

10.6. Cada Debênture em Circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais de Debenturistas, cujas deliberações serão tomadas pelo Debenturista, sendo admitida a constituição de mandatários.

10.7. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em Circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, adicionalmente, para fins de constituição de quórum, pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Emissora; (ii) a qualquer controladora, direta ou indireta, da Emissora, a qualquer controlada ou a qualquer coligada da Emissora; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.

10.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

10.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.10. Exceto pelo disposto no item 10.11. abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

10.11. Não estão incluídos no quórum a que se refere o item 10.10. acima:

- (i) os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- (ii) as alterações relativas às características das Debêntures, conforme venham a ser propostas pela Emissora, como por exemplo, (i) os Juros Remuneratórios, exceto pelo disposto no item 5.15.2.3, (ii) a data de pagamento da Remuneração, (iii) o prazo de vencimento das Debêntures, (iv) os valores e data de amortização do principal das Debêntures, (v) os Eventos de Vencimento Antecipado, incluindo, mas não se limitando ao Índice Financeiro; e/ou (vii) a alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Cláusula Dez, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA ONZE – DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante que:



JUL 19

17 05 12

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social, nos termos da Cláusula Terceira acima;
- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas e à realização da Emissão e da Oferta, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária o cumprimento integral de todas as obrigações, principais e acessórias, aqui e ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) esta Escritura de Emissão e o Contrato de Alienação Fiduciária e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes (observado o disposto no Contrato de Alienação Fiduciária, com relação à eficácia da Alienação Fiduciária) da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (v) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão e o Contrato de Alienação Fiduciária têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (vi) a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas e a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem o estatuto social da Emissora; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo da Emissora, exceto pela Alienação Fiduciária; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Emissora e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou qualquer de seus ativos;
- (vii) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária, e não ocorreu e não está existente qualquer Evento de Inadimplemento;
- (viii) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures, tendo sido disponibilizadas informações sobre as operações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações relevantes delas decorrentes;
- (ix) está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por



JUCESP

17 05 19

aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante;

- (x) possui válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, aplicáveis ao regular exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja falta não tenha um Efeito Adverso Relevante;
- (xi) inexistente (a) descumprimento de qualquer disposição contratual relevante, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que tenha um Efeito Adverso Relevante; ou (ii) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão e/ou o Contrato de Alienação Fiduciária;
- (xii) salvo por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das suas atividades;
- (xiii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento integral, pela Emissora, de todas as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária, ou para a realização da Emissão, exceto (i) pelo arquivamento da ata da AGE na JUCESP; (ii) pela inscrição desta Escritura de Emissão, e seus eventuais aditamentos, na JUCESP; (iii) pelo registro do Contrato de Alienação Fiduciária e seus eventuais aditamentos no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos do Estado de São Paulo; e (iv) o registro das Debêntures na CETIP, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xiv) as demonstrações financeiras e informações trimestrais da Emissora disponíveis representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (xv) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que tenha um Efeito Adverso Relevante;
- (xvi) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios foi determinada por sua livre vontade;
- (xvii) cumprirá integralmente com todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula Quarta acima;
- (xviii) não realizará outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e

11.1.1 A Emissora declara, ainda, (i) não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o



JUL 2012

17 05 12

impeça de exercer, plenamente, suas funções conforme descritas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Alienação Fiduciária e na Instrução CVM 28; (ii) ter ciência de todas as disposições da Instrução CVM 28 a serem cumpridas pelo Agente Fiduciário; (iii) que cumprirá todas as determinações do Agente Fiduciário vinculadas ao cumprimento das disposições previstas naquela Instrução; e (iv) não existir nenhum impedimento legal, contratual ou acordo de acionistas que impeça a presente Emissão.

CLÁUSULA DOZE – NOTIFICAÇÕES

12.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

BTG PACTUAL HOLDING S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, CEP 04358-133, São Paulo - SP.

At.: Sr. Bruno Licarião

Tel.: (11) 3383 2000

Fax: (11) 3383 2001

e-mail: bruno.licario@btgpactual.com

(ii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514

CEP 22640-102, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice) / Srtª. Nathalia Machado (Jurídico)

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

e-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br / juridico@pentagonotrustee.com.br

(iii) Para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:

BANCO BRADESCO S.A.

Departamento de Ações e Custódia – DAC

Av. Yara, S/N - Cidade de Deus - Prédio Amarelo – 2º Andar

CEP 06029-900, Osasco – SP

Tel.: (11) 3684-7911

Fax: (11) 3684-2714

At.: Sr. João Batista de Souza

Email: 4010.jbsouza@bradesco.com.br

(iv) Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

CEP: 01.452-001, São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564



Handwritten mark resembling a stylized 'H' or '7'.

Handwritten signature or mark.

JUL 17

17 05 12

Email: valores.mobiliários@cetip.com.br

12.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA TREZE – DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

13.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

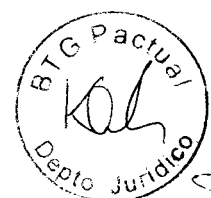
13.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

13.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

13.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

13.7. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

13.8. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento



JUL 29

17 05 12

das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

CLÁUSULA CATÓRZE – FORO

14.1. Fica eleito o foro central da Comarca da Capital da Cidade São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, o Agente Fiduciário, em 2 (duas) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 10 de maio de 2012.

[RESTANTE DA PÁGINA DEIXADO INTENCIONALMENTE EM BRANCO]

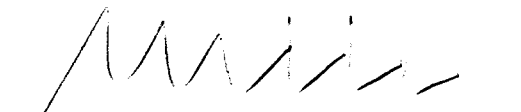


JUL 19

17 05 19

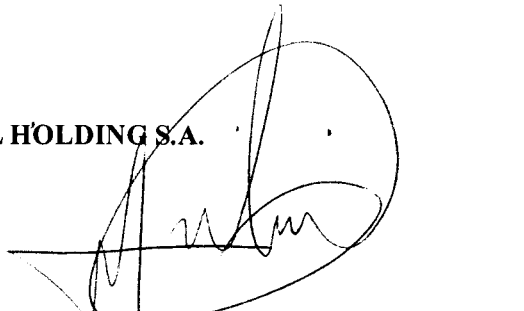
[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da BTG Pactual Holding S.A.]

BTG PACTUAL HOLDING S.A.



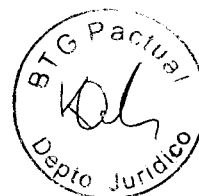
Nome:

Cargo: **André Santos Esteves**
Diretor Executivo



Nome:

Cargo: **Marcelo Kallm**
Diretor Executivo




JUCESP

17 05 12

[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da BTG Pactual Holding S.A.]

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: Paulo Luiz Ferreira
Cargo: Procurador

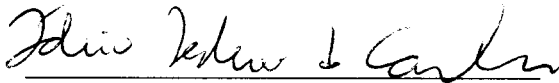


JUCESP


17 08 12

[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da BTG Pactual Holding S.A.]

Testemunhas



Nome:
CPF: Fábio Federici de Carvalho
R.G. RG. 30.498.833-9 - SSP/SP
CPF. 319.154.478-01



Nome:
CPF: Domingos Alberto Gradilone
R.G. RG. 7.185.547 - SSP/SP
CPF. 001.824.918-38

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO
DEBÊNTURE
CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO 61000892-8/000
GISELA SIMILENA GESCHT
SECRETÁRIA GERAL



JUCESP

